

HABEAS CORPUS Nº 501.388 - MG (2019/0089451-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - MG067417
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : TIAGO HENRIQUE DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

TIAGO ENRIQUE DE SOUZA alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, na Apelação Criminal n. 1.0024.14.310250-7/001.

Nesta Corte, a defesa pretende a fixação do regime aberto, ao argumento de que a modalidade intermediária foi imposta por meio de fundamentação inidônea.

Indeferida a liminar (fls. 234-235) e dispensadas as informações, veio parecer do Ministério Público Federal, que opinou pela concessão da ordem (fls. 240-249).

Decido.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 4 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, mais multa, pela prática do delito de roubo. A Corte estadual deu parcial provimento ao apelo da defesa, a fim de reduzir a pena ao mínimo legal, 4 anos de reclusão, e fixar o regime semiaberto para o início do seu cumprimento.

Quanto à almejada modificação do regime inicial para o aberto, cumpre enfatizar que esta Corte tem decidido que o modo inicial de cumprimento da pena não está vinculado, de forma absoluta, ao *quantum* de reprimenda imposto.

É dizer, para a escolha do regime prisional, devem ser observadas as **diretrizes dos arts. 33 e 59**, ambos do Código Penal, além

dos dados fáticos da conduta delitiva que, se demonstrarem a **gravidade concreta** do crime, poderão ser invocados pelo julgador para a imposição de regime mais gravoso do que o permitido pelo *quantum* da pena (**HC n. 279.272/SP**, Rel. Ministro **Moura Ribeiro**, 5ª T., DJe 25/11/2013; **HC n. 265.367/SP**, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 5ªT., DJe 19/11/2013; **HC n. 213.290/SP**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 4/11/2013; **HC n. 148.130/MS**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 3/9/2012).

No caso, verifico que a Corte estadual não apontou nenhum elemento dos autos (como o *modus operandi* e indicação de número excessivo de agentes, por exemplo) que, efetivamente, comprovasse a real exigência de fixação do regime semiaberto, haja vista que não teceu nenhuma argumentação para tanto. Nesse sentido, entendo que **não foi justificada concretamente a fixação do regime mais gravoso do que o permitido em razão da sanção aplicada.**

Esse, aliás, é o entendimento consolidado nas Súmulas n. 440 do STJ, 718 e 719 do STF.

Ilustrativamente, *mutatis mutandis*:

[...]

REGIME INICIAL SEMIABERTO. AFASTAMENTO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. PENA INFERIOR A QUATRO ANOS. FIXAÇÃO DO MODO ABERTO DE EXECUÇÃO.

Tratando-se de réus primários, cujas circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal foram consideradas integralmente favoráveis, impõe-se a fixação do modo aberto para o resgate da pena corporal. Precedente.

[...]

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para reduzir da pena imposta aos pacientes para 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida no regime inicial aberto, mais pagamento de 15 (quinze) dias-multa.

(**HC n. 363.021/SP**, Rel. Ministro **JORGE MUSSI**, 5ª T., DJe 25/8/2017)

Assim sendo, o paciente primário, sem registro de circunstância judicial desfavorável e condenado à **4 anos de reclusão**, deve

cumprir a pena em regime inicial **aberto**, a teor do art. 33, § 2º,"c", e § 3º, do CP.

À vista do exposto, **concedo a ordem**, a fim de **fixar o regime aberto ao paciente**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

